

A GEOGRAFIA BRASILEIRA E A RETÓRICA IDEOLÓGICA DA UFANIA TERRITORIAL: do legado francês ao paraíso amazônico

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro. Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília – UNB.
gcc99@gmail.com

RESUMO

O discurso e prática do ufanismo edênico existente e ou direcionado ao Brasil não é um fenômeno recente. Partindo do pensamento geográfico fundacional do país, nos anos de 1930, em diferentes momentos nas diversas correntes pela qual perpassou, manifestou a força de uma ideologia espacial ufanista, com auxílio dos meios de comunicação, do conhecimento científico, dos aparelhos de estado e das simbologias históricas do Paraíso Terreal. O legado da Geografia francesa, a criação dos centros oficiais de estudo para a ciência geográfica, e a recepção ideológica da ufanía edênica pela região amazônica são alguns dos pontos que podem, e são destacados no presente texto. Portanto, objetiva-se, por meio de uma revisão bibliográfica, expor alguns dos pontos que permeiam este debate na contemporaneidade, de modo a apresentar vias de aprofundamento, mas também de expansão, no que diz respeito à ufanía edênica como ideologia territorial do Estado nacional brasileiro.

Palavras-chave: Legado Francês; Institucionalização da Geografia Brasileira; Ufanismo Edênico; Ideologia Territorial; Amazônia.

THE BRAZILIAN GEOGRAPHY AND THE IDEOLOGICAL RHETORIC FROM THE TERRITORIAL JINGOISM: from french legacy to amazon's paradise

ABSTRACT

The discourse and practice of the exitintig or not of the Eden jingoism to Brazil is not a recent phenomenon. Based on the foundational geographical thought of the country, in the 1930s , at different periods in different streams in which pervaded expressed the strength of a vainglorious space ideology , with the help of the mass media, the scientific knowledge of the state devices and symbols history of the Earthly Paradise. The legacy from the French Geography, the creation of official centers of study for the geographical science , and the ideological receipt of edeníc jingoism for the amazonic region are some of the issues that can, and are highlighted in this paper. Therefore, the focus is, through a literature review and conceptual, showing some of the aspects that permeate these issues in contemporary times, in order to present deepening ways but also expanding, with regard to the edeníc pride as territorial ideology the Brazilian national state.

Keywords: French Legacy; Institucionalization of Brazilian's Geography; Edenic Jingoism; Territorial Ideology; Amazônia.

INTRODUÇÃO

Este ensaio, originalmente, faz parte do estudo de mestrado intitulado “*Do Ufanismo Edênico ao Saudosismo Heroico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro*” defendido em 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília – UnB. Nesta repartição em específico, há um resgate histórico do pensamento geográfico brasileiro, da sua institucionalização e afirmação oficial no início do século XX e alguns dos pontos de sua evolução desde então, tendo como recorte de análise seu papel na composição, estruturação, defesa ou difusão da ideologia territorial do ufanismo edênico.

Resgatar estes elementos históricos (e espaciais) do desenvolvimento da discursividade da ciência geográfica é fundamental, não apenas para a composição do presente estudo, mas em direção ao enriquecimento sobre a maneira pela qual algumas posturas de pensamento da Geografia no Brasil se direcionaram em relação ao território no qual se baseiam e estruturam. O edenismo territorial brasileiro encontra na racionalização espacial, de geógrafos de outros países, uma marca da ciência geográfica produzida nacionalmente desde sua institucionalização no país.

Assim, o texto possui duas partes de desenvolvimento. A primeira delas diz respeito à Geografia produzida no Brasil, iniciada principalmente nos primeiros anos do século XX, foi representada por geógrafos franceses vindos especialmente para a difusão dos métodos e teorias geográficas vigentes na Europa no início do século passado. Os geógrafos incumbidos de tal empreitada foram Pierre Deffontaines (1894-1978) e Pierre Monbeig (1908-1987). São contemporâneos de ambos, importantes nomes da Geografia francesa da época, como Emmanuel de Martonne (1873-1955), Albert Demangeon (1872-1940), Maximilan Sorre (1880-1962) e André Cholley (1886-1968). Posteriormente, seria dado a esses geógrafos franceses o papel de fundadores da Geografia como ciência institucionalizada no Brasil (EVANGELISTA, 2006; PEREIRA, 2005; SODRÉ, 1986).

Após esta exposição da corrente francesa da Geografia no Brasil, o argumento se volta para a região amazônica como principal receptor da retórica edênica e ufanista do território brasileiro, iniciada direta e indiretamente por muitas das teorizações geográficas do legado europeu no pensamento geográfico produzido deste lado do Atlântico. Esta característica fortalece um aspecto recorrente em relação ao olhar acadêmico sobre as fronteiras do Brasil, inclinados ao discurso territorialista intrincado ao edenismo histórico do espaço geográfico nacional brasileiro.

DO LEGADO FRANCÊS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

A missão dos geógrafos franceses era fomentar teoricamente e metodologicamente os novos profissionais da Geografia brasileira aos desafios impostos pelos governos republicanos, que incentivavam a criação de cursos de graduação, institutos, centros de pesquisa e expedições de exploração no território nacional. Em suma, os trabalhos elaborados, defendidos e difundidos pela escola francesa tinham em comum algumas propostas de superação dos obstáculos naturais do Brasil em direção ao seu progresso e prosperidade de sua nação. Esta prerrogativa é vista perenemente nos escritos destes autores em seu olhar e labor sobre o território brasileiro.

Começando então com o papel de Pierre Deffontaines, o geógrafo francês, seguindo este contexto o irá afirmar que: “A mais bela história é a do longo combate em que a caravana humana se empenha contra o meio físico, cada geração trazendo o seu auxílio, combate cheio de domesticações desconhecidas!” (DEFFONTAINES, 1952, p. 16). Na visão do autor, o objetivo era disciplinar a natureza hostil – e aqui se encontra a premissa geográfica de tal posicionamento –, abrindo o caminho para a técnica e a chegada do progresso aos mais longínquos sertões:

Esses campos, com seu revestimento vivo, alterado e disciplinado pela mão do homem, ocupam áreas enormes, muito mais extensas do que as recobertas pelos elementos geográficos de pura ocupação improdutiva. As cidades são pequenas manchas perdidas na imensa extensão das áreas agrícolas. E as estradas e os caminhos são simples traços quase imperceptíveis na amplitude dos campos cultivados. (CASTRO, 1969, p. 125).

Portanto, a Geografia brasileira tem o seu berço teórico na matriz geográfica francesa, regional e descritiva; não por acaso em suas obras os autores irão se preocupar em fazer uma diferenciação regional das características físicas e naturais do Brasil, procurando relacioná-las umas com as outras: “Nos anos 1920 e 1930, essa Geografia é feita de maneira multidirecional: formas de utilização do solo, *habitat* rural, gêneros de vida, sistemas de cultura, etc.” (DANTAS; MEDEIROS, 2008, p. 4, grifo do autor). Os gêneros de vida estão presentes nas obras de Monbeig, o qual irá inclusive enveredar-se sobre temáticas relacionadas às questões culturais de identidade territorial dos brasileiros:

Os elementos da unidade nacional, todavia, são mais fortes que os ressentimentos transitórios. Há uma força de união e esta resulta do fundo étnico comum, de origem portuguesa, e do passado de lutas pela conquista do solo, idêntico em todo o país. Os “Bandeirantes” são heróis nacionais e o “grito

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

do Ipiranga” tem o mesmo significado de Manaus a Porto Alegre. O Brasil possui seus mitos, aos quais os imigrantes recém-chegados não foram os últimos a aderir. A formação da consciência nacional se manifesta na procura feliz de uma música e de uma literatura brasileiras. Passou já o tempo em que artistas, escritores e pensadores seguiam a reboque o navio da Europa [...]. O sentimento nacional não repousa apenas sobre a ideologia; apoia-se sobre uma infraestrutura sólida que é aquela que os historiadores, sociólogos e escritores analisam. Os fatores e as modalidades da conquista do solo foram, “grosso modo”, idênticas, no tempo e no espaço. Todas as regiões do país participam de uma mesma estrutura econômica de origem colonial e as estruturas sociais, legadas pela sociedade dos senhores da terra, são da mesma essência em todo país. Nelas é que devemos buscar os fundamentos da sociedade brasileira. Nelas, também, estão as fontes dos seus problemas. (MONBEIG, 1958, p. 77-78).

E assim como nos lembram Gaudio (2007), Sodré (1986) e Penna (1974), é na imensidão territorial que o discurso geográfico irá pautar sua ideologia de perduração do ufanismo edênico presente desde os viajantes do século XIX, perpassando pelos sertanistas e chegando em suas obras geográficas do século XX. A roupagem do fantástico persiste: “Já se disse algumas vezes que o país era tão grande que não estava na dimensão do homem, que sua enormidade ultrapassava os limites habituais da vida humana. É verdade que é preciso mudar aqui a escala de medidas” (DEFFONTAINES, 1952, p. 25), mas reina agora a cautela com tal dimensão monumental da natureza. E de mesma opinião, mas com um teor de enfrentamento destes mitos, Monbeig reitera que: Pensamos, sobretudo, em destruir os mitos exóticos e em colocar à disposição do europeu curioso os elementos necessários, se não suficiente, para uma ideia clara do que são a natureza e a nação brasileiras, e dos problemas que o país enfrenta. (MONBEIG, 1958, p. 7).

Neste esforço de fundação, cientificização e institucionalização do pensamento e conhecimento geográfico brasileiro é que será criado tanto o IBGE quanto a AGB (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística e Associação dos Geógrafos Brasileiros, respectivamente), instituições que darão continuidade à Sociedade de Geografia Rio de Janeiro e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, indo além dos encontros fechados e contribuindo para o aumento da produção geográfica no país.

A fundação IBGE em 1934 está relacionada diretamente a uma influência da busca pela mensuração de dados estatísticos (presente no positivismo clássico e também neopositivismo, ou positivismo lógico). Nas palavras de Eli Alves Penha (1993), o período referente ao Estado Novo representa para o Brasil uma busca pela “racionalidade administrativa” pautada principalmente na angariação das informações necessárias para o devido controle das ações governamentais no país, indo da destinação regional dos planos orçamentários ao incentivo de construção de novas infraestruturas no território nacional. Portanto, para o autor, a palavra de ordem que liga a criação do IBGE ao contexto do

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo**

Estado Novo é a “integração socioespacial”, tendo como carro-chefe para tal empreitada os levantamentos estatísticos do referido órgão:

A criação do IBGE em 1938 refletiu, de forma significativa, o papel que os levantamentos estatísticos e a pesquisa geográfica poderiam desempenhar no tocante à administração do imenso território brasileiro, em via de integração socioespacial. *Suas atribuições principais consistiam em realizar levantamentos e sistematizar informações do quadro territorial em todos os seus aspectos: físico, econômico, jurídico, político e populacional; realizar trabalhos cartográficos em variadas escalas; divulgar a cultura geográfica brasileira e promover a reorganização do quadro das unidades político-administrativas tal como a definição de limites, racionalizar a toponímia dos municípios e distritos e estabelecer uma nova divisão territorial.* (PENHA, 1993, p. 21 – grifo meu).

Uma das principais características do Estado Novo foi a sua relação com o contexto histórico mundial da época. Lembremos que alguns anos da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve a grande quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, resultando na retomada da necessidade da intervenção estatal no mercado, pensamento este amparado pelo keynesianismo¹. No Brasil, o federalismo promulgado na Constituição de 1891 travou-se em suas próprias limitações de surgimento, ou seja, calcado nas oligarquias regionais que apoiaram a queda do império e que não abdicaram dos seus privilégios de poder durante toda a República Velha.

É neste sentido que o IBGE como instrumento técnico e científico fortalece o centralismo do poder por meio da acumulação informacional sobre o país. Outras ações foram efetuadas, como a deposição de lideranças regionais e a forte propaganda em relação ao nacionalismo como via de desenvolvimento do país, Getúlio Vargas defendia em seus discursos a ideia de: “Governo forte e com alto grau de liberdade de ação como forma de combater os particularismos de ordem local e de forças dispersas internas e externas do desenvolvimento nacional” (PENHA, 1993, p. 52).

A liberdade defendida será a do mando do governo e não necessariamente da vontade da população, como ficaria claro no avanço do Estado Novo ao longo dos anos de 1930. Vê-se, portanto a importância do IBGE neste contexto político e ideológico, tendo um importante papel de fomentador informacional para os fins estabelecidos pelo governo da época. Já no caso da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seu processo fundacional está ligado à presença dos geógrafos franceses no Brasil, em especial no estado de São Paulo. Em 1937, Pierre Deffontaines funda a AGB concomitante ao início da ministração das aulas dos cursos de História e Geografia da Universidade de São Paulo

¹ Teoria econômica elaborada por John Maynard Keynes, que, ao contrário das disposições liberais, defendia uma maior atuação do Estado no mercado. Posteriormente esta proposta deu origem às ideias do Estado de bem-estar social.

(USP), aumentando consideravelmente o contingente de trabalhos acadêmicos de natureza geográfica a respeito do Brasil (EVANGELISTA, 2006).

Segundo Evangelista (2006), tanto a fundação do IBGE como da AGB estão intimamente ligados à nova postura política do Brasil vista durante o Estado Novo getulista, voltada principalmente ao “projeto político” governista buscando fornecer novos conhecimentos e dados estatísticos sobre os aspectos físicos e humanos do país.

No entanto, o autor ressalta que a difusão da Geografia fundacional paulista como pioneira acaba por ocultar os importantes avanços do pensamento geográfico, notadamente físico, antes do início do século XX, como por exemplo, as Comissões Geológicas de São Paulo (1875) e do Império (1875) e o Serviço Geológico e Mineralógico do Rio de Janeiro (1892). É notório que esta Geografia pré-republicana ainda carece de maiores aprofundamentos e reconhecimento por parte da historiografia do pensamento geográfico brasileiro.

Estas sociedades geográficas representam o passo anterior para a afirmação da Geografia oficial no Brasil (EVANGELISTA, 2006; SOUSA NETO, 2001). No fundo, o que tais sociedades geográficas, geológicas, botânicas tinham em comum era justamente a herança europeia de sua natureza estatista de busca pelas características de homogeneização ou diferenciação das áreas que compunham os Estados-nacionais europeus e, neste sentido, sua função no Brasil não poderia ser de maior similaridade, tendo em vista as dimensões do território ainda a ser delimitado, explorado, cartografado e estudado pelos componentes de tais organizações:

Depois as sociedades geográficas européias e aquelas surgidas nos países de passado colonial, embora possam guardar muitas semelhanças, pois estas se espelham naquelas, guardam algumas diferenças importantes que é preciso assinalar. Entre essas diferenças poderíamos levantar que os interesses das sociedades geográficas não-européias estavam mais voltados para a clara delimitação das fronteiras dos Estados Nacionais, os quais haviam sido antigas colônias, como forma de assegurar a própria soberania e estabelecer um controle interno sobre as populações indígenas e os recursos naturais de que se podia dispor. Essa distinção entre sociedades geográficas européias e não-européias pode ser assim assinalada, grosso modo: no primeiro caso, um imperialismo externo que anexava novas possessões, um imperialismo interno que buscava garantir as possessões; no segundo, desses novos Estados nacionais. (SOUSA NETO, 2001, p. 131).

O projeto político presente direta e indiretamente, implícita e explicitamente nos trabalhos efetuados no âmbito da AGB e IBGE visavam além da consolidação da Geografia no Brasil, também a sua valorização enquanto instrumento de angariação, estudo e gerenciamento das informações e conhecimento a respeito do território nacional. As

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

outrora sociedades geográficas existentes com a influência do pensamento europeu para suas respectivas motivações científicas davam lugar a estes órgãos muito mais organizados e amparados tecnicamente para a efetuação de seus intentos:

O IBGE, uma das primeiras instituições, no mundo, a possuir um quadro de geógrafos profissionais, desempenhou o seu papel, de vez que realizou, em 1940, um censo bem mais organizado que os anteriores – 1872, 1900 e 1920 – e estabeleceu uma linha em que a cada dez anos se realizaria um novo censo. Infelizmente esta linha, indispensável para o conhecimento científico do processo demográfico nacional, foi interrompida em 1990. O levantamento cartográfico do país foi feito com rigor científico e os estudiosos passaram a dispor de mapas para trabalho de campo e aplicação em estudos científicos; os estudos regionais foram sendo feitos em escalas diversas, fazendo com que a geografia brasileira se impusesse nos congressos e reuniões científicas internacionais. Os trabalhos de geografia de campo se valorizaram muito porque deram ao brasileiro o conhecimento de uma realidade viva e fiel, bem diversa da usada por filósofos sociais que estudavam o Brasil como se estivessem estudando a Europa e procurando, no país, categorias europeias ou americanas. (ANDRADE, 1995, p. 171).

A maneira pela qual estes trabalhos eram realizados já denotava sua essência tanto para os geógrafos neles envolvidos como para também aos agenciadores de tais estudos, ou seja, os representantes do poder estatal nos postos do governo. No período de domínio destes órgãos no âmbito da produção do conhecimento geográfico brasileiro, que foi da década de 1930 até meados dos anos de 1970, muitas foram as obras elaboradas, e nas quais a principal característica era o seu caráter enciclopédico e o mais importante, a preocupação em expressar as potencialidades econômicas, delimitação de fronteiras e limites e os tipos regionais naturais e culturais existentes no país.

Leo Heinrich Waibel (1888-1951), geógrafo alemão radicado no Brasil – veio ao país a convite do Conselho Nacional de Geografia à época –, em seu livro *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* (1979) agenciado pelo IBGE e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República busca classificar e angariar as características físicas e o potencial econômico do território brasileiro de norte e a sul.

Dentre suas proposições há inclusive a de *zonas pioneiras*, que segundo o autor possuem em comum um alto potencial de exploração econômico normalmente associado aos seus aspectos naturais. Um aspecto interessante de se notar é que até a data de publicação da primeira edição da obra, em 1958, o limite para tal *front* de pioneirismo estratégico ainda não tinha adentrado a região amazônica, o que viria a ocorrer de fato durante o período da ditadura militar, em meados da década de 1960:

A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

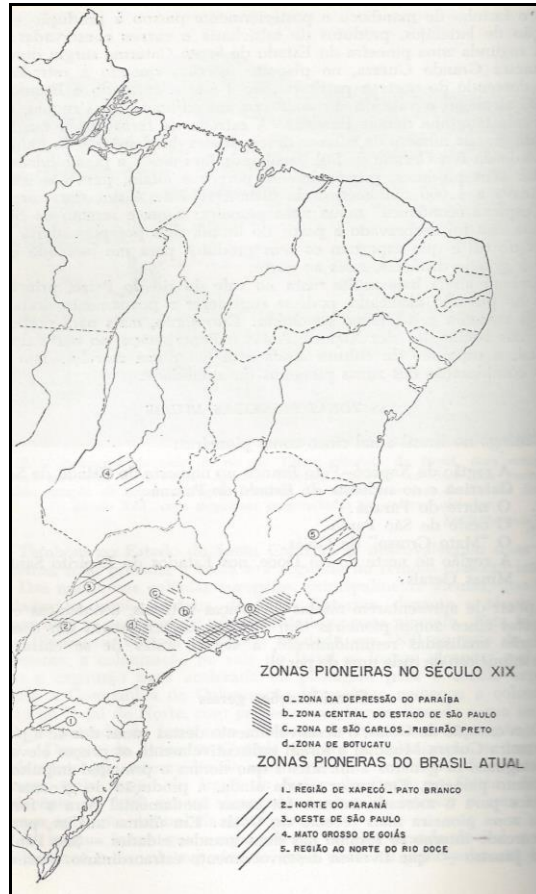


Figura 1 – Zonas Pioneiras do Brasil
Fonte: Weibel (1979, p. 296).

Muitos destes trabalhos acadêmicos efetuados pelos geógrafos europeus nas primeiras décadas do século XX, vindos para o Brasil fortaleciam o amadurecimento da empreitada de conhecimento territorial empreendida até aquele momento pelos antigos viajantes alçadas à categoria quantitativa pelo IBGE. Era necessário haver a contribuição da Geografia no projeto de consolidação do Estado nacional brasileiro. Conforme nos reitera Marilena Chauí (2005), historiadores, escritores, arqueólogos, geólogos uniram-se a eles os geógrafos com conhecimentos sobre o: “[...] território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do ‘caráter nacional’, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural.” (CHAUÍ, 2005, p. 13).

Mesmo pertencendo a um período um pouco à frente do supracitado, a evocação edenista de Lévi-Strauss é enfática e nos auxiliam a compreender a dificuldade em se atingir os objetivos pelos recém-formados geógrafos brasileiros e pelas incipientes instituições de mesma alcunha:

Essa impressão de enormidade é própria da América; sente-se por toda a parte,

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

nas cidades como nos campos; tive-a diante das costas e nos planaltos do Brasil Central; nos Andes bolivianos e nos Rochosos do Colorado; nos arrabaldes do Rio, nos subúrbios de Chicago e nas ruas de Nova Iorque. Em toda a parte, recebe-se o mesmo choque; esses espetáculos evocam outros, essas ruas são ruas, essas montanhas são montanhas, esses rios são rios: donde vem a sensação de expatriamento? Simplesmente de que a relação entre o porte do homem e o das coisas se distendeu a um ponto em que a medida comum é impossível. (LEVI-STRAUSS, 1957, p. 77).

Ao contrário do que afirma Magnoli sobre a revalorização do edenismo ufanista em relação ao Brasil ter sido inventada, nas primeiras décadas da república, talvez o mais coerente seja a utilização do termo reinvenção e modelação dos elementos míticos europeus secularizados a respeito não só do Brasil, mas de todo o continente americano: “Nesse terreno fértil, inventaram-se as tradições e floresceram as mitologias e as mistificações nacionais.” (MAGNOLI, 1997, p. 17).

Na ausência de um mito fundador originário ou também da presença histórica de centralização de grandes nomes elevados à condição de heróis nacionais, coube ao próprio território a condição de abarcador dos elementos necessários para o embasamento do discurso geográfico em relação às riquezas naturais brasileiras:

A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira. Não apenas pelo discurso da “grandeza territorial” a geografia auxilia a construir essa relação entre ideologia nacional e território. Desse modo, à “relativa ausência” de um “mito fundador” assentado na história, apresenta-se o “mito fundador” assentado na natureza, na extensão territorial, nas benesses do clima e das águas, nas riquezas naturais (minerais) brasileiras, em suma, em sua geografia. (GAUDIO, 2007, p. 51).

Com base nesta colocação de Gaudio (2007) podemos então correlacionar este momento histórico com o próprio surgimento da AGB e IBGE, e, principalmente sua importância no que diz respeito ao fomento científico e técnico deste mito fundador territorialista e edênico. Estes órgãos possuíam não só o aparato técnico disponível para a empreitada de busca por informação sobre o território brasileiro, mas, também, tinham ao seu lado os melhores profissionais das áreas de Geografia para colaborar com os estudos sobre o espaço geográfico brasileiro.

O papel dos geógrafos da AGB e IBGE neste agenciamento de informações foram fundamentais, geopoliticamente e economicamente, pois estes dados contribuíram para que os governantes elaborassem seus planos de intervenção no território brasileiro, e também na própria busca por referenciais simbólicos de cunho espacial para a população foram buscados e encontrados nas pesquisas e estudos efetuados por estas organizações geográficas (MAGNOLI, 1997).

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Como já exposto, no discurso de conquista e domínio do território dos representantes da Geografia fundacional brasileira, e também em concordância com as colocações de Chauí (2005), Magnoli (1997) e Gaudio (2007), o que se observa no início do século XX é a renovação da visão edênica do Brasil, engendrada em mais de quatro séculos de colonização lusitana e presente desde a literatura modernista, nas campanhas militares de apaziguamento dos “sertões desconhecidos” até a produção artística da época. A seguir podemos ver dois mapas do geógrafo Jorge Ribeiro (1930) do IBGE, em que a preocupação com a questão territorial e, neste caso, com as fronteiras, se evidencia claramente.



Figura 2 – Mapa limites territoriais entre Brasil e Argentina
Fonte: Ribeiro J. (1930, p. 37).

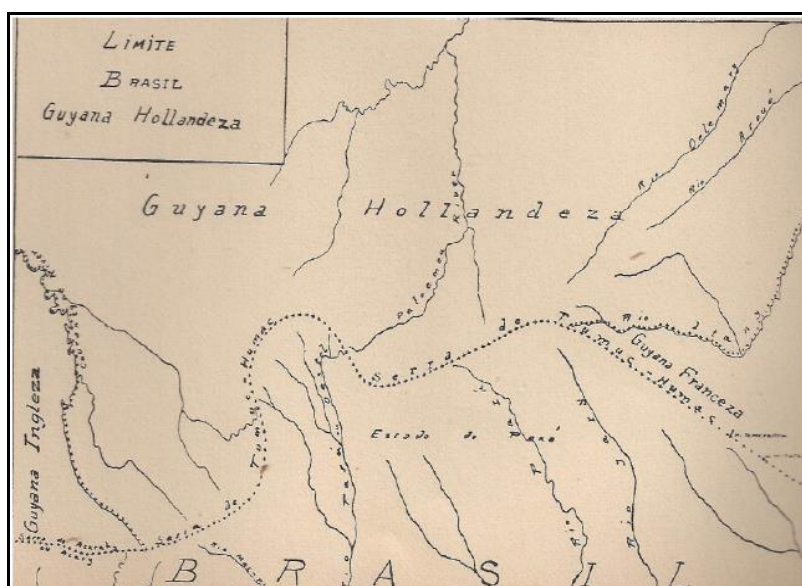


Figura 3 – Mapa Limites territoriais entre Brasil e as Guianas
Fonte: Ribeiro J. (1930, p. 131).

O discurso de domínio do território, já numa franca herança da Geografia Moderna e tradicional francesa², daria a base para o que Maia (2008) denomina como a chave territorialista da formação do Estado nacional brasileiro, sendo que tal ranço histórico deriva do mito fundacional do paraíso terreal e a possibilidade e efetivação de domínio deste.

O que ocorreu no início dos anos de 1930 foi justamente uma nova fase desta base de pensamento, mas, neste caso, dentro do contexto de afirmação da Geografia oficial brasileira e o seu papel na elevação e/ou sublimação do significado e importância do território para o país: “Nessa chave, o Brasil teria sido produzido por uma lógica territorialista, e nossas auto-interpretações subsumiriam a história à geografia, como se o espaço suprisse a ausência de uma tradição cultural consensual”. (MAIA, 2008, p. 46).

Este fundamento territorialista da Geografia ganha força pelo seu escopo histórico de estabelecimento enquanto ciência, ou seja, no contexto de sua afirmação científica no século XIX a mesma esteve aliada à questão de estabelecimento de fronteiras entre os países europeus de formação tardia como Itália e Alemanha, e tal lógica é visível nas figuras de Ribeiro (1930), ou seja, no tocante a afirmação da Geografia brasileira no fechamento das questões territoriais de fronteira do país, como demanda cultural, política, econômica e estatal.

Na outra vertente temos a própria concepção de território que supera a sua denotação de demarcação estatal, ou de vinculação necessariamente ao poder de uma ordem dominante de governança espacial estabelecida. Neste ponto, o território é alçado também em sua potência de abarcar o substrato simbólico ou de significação das populações que ali se estabeleceram, superando assim a sua própria materialidade e fundando bases de enraizamento social, natural e histórico muito mais profundas:

O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível do visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada

² “[...] raciocinando como geógrafos sobre o conceito de território, podemos entender melhor muitos problemas que a geografia teve como ciência. De fato, as concepções territorialistas da geografia mais recente, absorvem e reelaboram as diferentes concepções da geografia do passado: como ciência da diferenciação do espaço terrestre, ciência das relações multiescalares entre o ambiente físico e a sociedade humana, ciência da paisagem e assim por diante.” (DEMATTEIS, 2007, p.7).

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo**

organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET, 2007, p. 142).

O que os órgãos de representação da Geografia oficial brasileira do início do século XX exercitaram foi justamente esta faceta estatística e estatal juntamente com o lado simbólico e imaterial do território, advindo então, como diz Hélio Evangelista (2006), de uma ideologia espacial com o fundo de ufanía junto ao território brasileiro como identidade nacional do povo.

Nesta chave territorialista herdada dos órgãos de gestão dos estudos geográficos do início do século XX – amparados pelos preceitos e metodologias da Geografia Tradicional – é que a ufanía edênica encontrará novos ecos ideológicos por meio do discurso geográfico, pois como diria o geógrafo paraense Ediorfe Moreira (2012) é necessário que a Geografia se posicione. E neste territorialismo para além da materialidade, buscando a ligação imaterial do homem com o meio que este vive, ou a Natureza no dizer do autor, formando assim o substrato identitário com base na sublimação telúrica do país:

É pelo amor, portanto, que a Natureza se torna uma linguagem altamente expressiva e atraente para o homem, “um vocabulário disperso que será preciso recolher para exprimir e realizar a própria alma”, com diz o insigne pensador-poeta português. Em suma: é por ele que o Mundo se converte numa linguagem transcendente. [...] Como elemento de reforço e de expressão, a paisagem constitui por isso mesmo um requisito cênico ou figurativo do idílio. (MOREIRA, 2012, p. 139).

E ainda o mesmo autor escreveria o seu argumento para *O sentimento pátrio como compromisso telúrico*³. Nesta premissa de interpretação da ciência geográfica esta seria mais contemplação das paisagens, e por ter o aparato técnico, metodológico e teórico para o exercício de tal contemplação – e por demanda, a descrição – cabe aos geógrafos buscarem esta fonte de ufanía da identidade nacional nos elementos territoriais do Estado nacional. Estabelecendo a fidelidade do povo com o seu espaço habitado:

E quando falamos em “fidelidade telúrica”, não queremos significar com isso uma simples preferência ou inclinação dos nossos sentimentos com respeito à terra em que nascemos, pois não se trata no caso de mera atitude ou disposição sentimental, senão que de alguma coisa mais profunda e vinculativa, algo que lembra um compromisso implícito do nosso ser com a paisagem e as condições originais do seu aparecimento na vida. (MOREIRA, 2012, p. 132).

³ “Geograficamente considerado, portanto, o sentimento pátrio é um sentimento específico de vinculação telúrica, através do qual nos filiamos moralmente a uma determinada paisagem ou condição planetária, independentemente dos seus atrativos. Não se trata conseqüentemente de uma simples vinculação lírica a uma paisagem, pelo que possa ter de belo ou sugestivo, mas do reconhecimento efetivo de uma imposição moral em relação a ela, como condição original da nossa vida. Não há nisso apenas uma necessidade vinculativa, senão que também um anseio de identificação”. (MOREIRA, 2012, p. 135).

Este orgulho telúrico se assemelha, de maneira terminologicamente diferente, à sublimação territorial vista nos relatos dos viajantes; também se alinha ao histórico de ufania edênica em relação às terras a oeste dos grandes mares desde os tempos pré-colombianos. Conforme ressalta Chauí (2005) e Penna (1974), estas diferentes designações sobre a natureza e seus atributos se fará uma constante na história dos países americanos e, em especial, ao Brasil devido a sua conformação territorial mais avantajada no aspecto dimensional, capaz de abrigar toda a profundidade dos mitos, lendas e estórias que, com releituras ao longo do tempo, dariam ao mito edênico interesses econômicos, políticos e culturais dos mais diversos.

O debate territorial sobre o Brasil segue pelas décadas e um dos seus principais argumentos é a discussão a respeito da formação, estabelecimento e manutenção do quadro fronteiriço do Estado nacional brasileiro. Tal forma de pensamento tomava fôlego também na esteira das políticas governamentais de ocupação e uso da totalidade do território brasileiro, principalmente na segunda metade do século XX⁴, possibilitando assim o uso “vivo” dos limites fronteiriços da enormidade territorial do país:

Se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter em linha de conta, como imperativo vivencial, a existência de uma “política de fronteiras”. Esta política deve ser vigilante, providente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente. Serão as fronteiras *vivas*, zonas de alta sensibilidade política. O contrário delas serão as fronteiras mortas, ermas, desprotegidas, esquecidas. As fronteiras vivas serão sempre afirmações de um espírito forte de nacionalidade. Fronteiras mortas darão imagem pouco favorável de um país que não cuida das suas lindes como deveria cuidar, porque fronteiras protegidas e povoadas enaltecem o espírito de providência e de organização de um povo. (SOARES, 1972, p. 18 – grifo do autor).

Alguns elementos desta citação pertencente a Teixeira Soares em sua obra *História da Formação das Fronteiras no Brasil*, nos fazem arguir sobre componentes linguísticos de tal fala, são eles: a preocupação com o que Castro (2005) e Lacoste (2007) mencionam sobre a ligação direta entre a força do Estado-Maior e o território de um país. Como visto o princípio de territorialização ocorrido principalmente no século XVIII voltaria a aparecer no século XX, mas, desta vez a prerrogativa do resguardo estatal do território caberia aos governos populistas, desenvolvimentistas e militares.

A questão da segurança nacional como necessidade de ser colocado como prioridade dos planos estatais de gestão e por último, e em nosso caso mais notável, o

⁴ Vide os programas SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), e SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

argumento que fortalece o percurso analítico, que, no caso brasileiro, a busca por uma ode de justificativa de orgulho popular por meio do dimensionamento territorial de seu país e ter esta dimensionalidade colossal.

Nesta premissa do territorialismo, após a devida preocupação com sua ocupação, proteção e uso, é que haverá a inclinação deste aprofundamento de conhecimentos e práticas em relação ao território como fonte da sublimação identitária do povo, na confirmação da já citada ideologia espacial da retórica ufanista. (EVANGELISTA, 2006, GAUDIO, 2007; PENNA, 1974).

Ao IBGE, mais do que à AGB, coube desde o seu início de trabalho a função da cientificação de tal ufanía edênica em relação ao território brasileiro, mesmo que de forma implícita, indireta ou até mesmo crítica. Era preciso mapear, reconhecer, estudar e apontar os lugares onde a atenção do poder estatal poderia ou deveria se voltar, para assim efetivar a exploração do imenso território brasileiro.

Os mapas de delimitação de fronteira de João Ribeiro (1930) fazem parte desta preocupação e função dada aos geógrafos do IBGE, que ao longo dos anos foi se mesclando ao mapeamento das potencialidades territoriais do país, no fomento às políticas públicas de ação nestas localidades. O ponto máximo de desenvolvimento de tal visão em relação ao Brasil, ainda ufanista, mas dentro de uma lógica de descoberta e exploração dos seus recursos, foi o período da ditadura militar, onde a Geopolítica providencial do regime alocou em si mesma a destinação edênica do Brasil como recurso retórico para o desenvolvimento do país.

A seguir um exemplo desta preocupação com o território brasileiro, seu mapeamento e identificação de potencialidades para a ação do Estado. Neste caso – assim como o fizera Waibel (1979) – temos uma representação cartográfica do general Meira Mattos (1975), adaptando uma proposta anterior do general Golbery do Couto e Silva, que, em sua defesa do Brasil enquanto potência mundial traz tais cartas como respaldo para os seus argumentos teóricos, onde podemos perceber que a antiga zona de expansão pioneira já se encontra em significativo avanço na direção norte do Brasil:

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

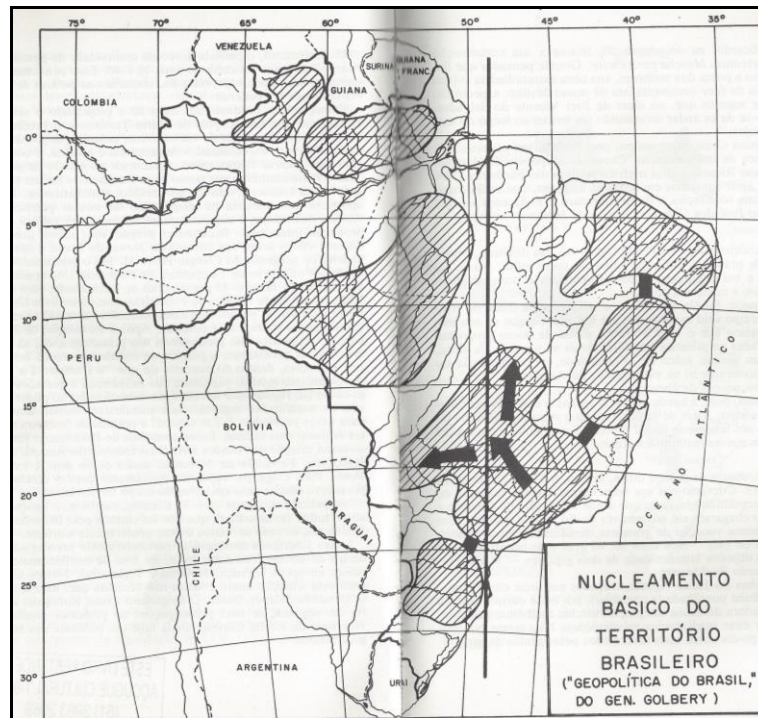


Figura 4 – Mapa do Brasil General Golbery do Couto e Silva
Fonte: Mattos (1975, p. 55).

As flechas indicando o movimento vetorial das áreas de expansão dos interesses geopolíticos no Brasil é um sinal daqueles tempos. Basta lembrarmos que neste período (entre as décadas de 1960 e 1970) houve a chamada Revolução Verde, que se instalou principalmente na região Centro-Oeste do Brasil, e ao chegarmos aos dias atuais a destacada região amazônica foi e ainda é palco de grandes investimentos de capital nacional e internacional, sem contar a expansão do controle estatal na região por meio de programas de governo para o seu desenvolvimento.

O período ditatorial no Brasil elevou ao máximo esta fonte mítica da fundação nacional brasileira como argumento de exercício do poder político e agenciamento de uma retórica simbólica altamente pautada na fonte imaterial chamada por Eidorfe Moreira (2012) de identidade telúrica inserida na sua doutrina máxima da segurança e integração nacional.

Conforme relatado em diferentes estudos, geográficos e correlatos à Geografia, a região amazônica já há muito maravilhou o olhar geográfico que nela deitava-lhe a atenção, e assim é que no decorrer do século XX a Amazônia serviria de amparo territorial para o fortalecimento da mística edênica secular do Brasil, e neste contexto o conhecimento geográfico une-se ao poder estatal na permanência de tal maneira de se ver o Estado Nação.

Algumas das obras de teor histórico, geográfico e sociológico que circulavam nesta

época – principalmente durante os governos populistas, desenvolvimentistas e posteriormente os militares – já denotam explicitamente esta inclinação para a preocupação com o *Projeto Nacional* ou então em releituras sobre a destinação providencial do futuro áureo da nação brasileira, assim o é no *Brasil: Geopolítica e Destino*, do General Meira Mattos (1975), nos *Caminhos do Desenvolvimento: Contribuição para um Projeto Brasileiro*, de Antonio Dias Leite, ou o *Brasil: problemas e perspectivas*, de Celso Antunes (1975).

Em uma extração da obra de Antonio Dias Leite (que foi ministro de Minas e Energia durante a ditadura militar) podemos observar esta preocupação territorialista, até certo ponto ufanista em relação à dimensão do país, mas voltada para o olhar do progresso, ou a busca deste:

A dimensão territorial de uma nação define, até certo ponto, a variedade de recursos naturais, de solos agricultáveis e de climas de que a mesma dispõe para as suas atividades econômicas. Os recursos próprios de origem mineral, energética, vegetal e animal de um grande território admitem, assim potencialmente, ampla diversificação das atividades econômicas da sociedade que os domina. Os recursos do pequeno território não favorecem essa diversificação. (LEITE, 1966, p. 115).

Há desta forma uma linguagem, ou melhor, uma retórica territorialista voltada para a vertente política, ideológica, cultural e econômica. O papel da Geografia neste alinhamento do seu discurso junto ao discurso estatal e governamental vai ao encontro das colocações de Escolar (1993) e Andrade (1984) de que há neste âmbito do conhecimento geográfico a *produção do espaço* no sentido amplo do termo.

Isto significa que esta produção abrange os aspectos material e imaterial, sendo, no primeiro caso, em referência aos objetos geográficos em si, aos dados e informações teóricos, estatísticos e cartográficos; no segundo ponto apresenta-se a concepção da ideologia espacial, que, no caso brasileiro, encontrará força no extrato ufanista e territorialista. Sobre este papel da Geografia na produção, reprodução e reificação do espaço afirma Andrade:

Implantada uma forma de utilização da terra e, conseqüentemente, um tipo de espaço, este nunca se torna definitivo, estático; com a evolução da economia e da sociedade, outras utilizações vão sendo dadas à terra, ora visando a modificar a produção, ora visando a acelerar a atividade produtiva, modificações essas que se exteriorizam no tipo do espaço produzido. Por isto a produção do espaço nunca fica perfeita e acabada, havendo uma constante reprodução da mesma. E cabe ao geógrafo analisar e estudar o espaço produzido, sem esquecer que o processo de produção é permanentemente acompanhado de um processo de reprodução, de reorganização da categoria espaço. (ANDRADE, 1984, p. 17).

Há também a produção do espaço pelo poder estatal como argumento de expansão,

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo**

unificação e controle territorial. Neste sentido é que Marcelo Escolar (1993) buscará desenvolver (e problematizar criticamente) a consolidação científica do discurso geográfico como respaldo teórico e metodológico para a angariação de informações e conhecimentos passíveis de serem utilizados no argumento nacionalista de um Estado na *produção do espaço*. Segundo o autor:

A “produção do espaço” no sentido em que previamente caracterizamos tal proposição, realiza-se em determinados produtos que são o resultado de um conjunto mais ou menos articulado de “práticas geográficas”. Do ponto de vista histórico, e correndo o risco de ser excessivamente simplista, poder-se-ia dizer que a Geografia, como discurso autônomo, surge no contexto do processo político da unidade alemã. Durante um século, mais ou menos, a disciplina irá paulatinamente tomando corpo no ensino superior prussiano, até ao ponto de contribuir para justificar “cientificamente”, tanto a necessidade “natural” do Estado alemão como a expansão e/ou consolidação de seus limites territoriais. Nessa perspectiva a geografia *junker* (tal como a Hermenêutica e a historiografia genética) construirá um discurso teórico bastante unitário em sua concepção. (ESCOLAR, 1993, p. 29 – grifo do autor).

Do ponto de vista ideológico, esta produção do espaço com base nos conhecimentos geográficos – lembrando que aqui se faz a referência ao sentido amplo de tal assertiva, ou seja, indo desde a angariação de informações cartográficas, e imagéticas como a dos satélites, até as pesquisas de identificação, classificação e interpretação das características regionais do território nacional – aplica-se ao já referido amparo simbólico do fundo identitário populacional brasileiro, mais especificamente à ufanía ao seu território já que: “Na dificuldade de identificar-se numa nação, o Estado brasileiro vai tomar o território como centro de referência da unidade nacional.” (EVANGELISTA, 2006, p. 7).

Por isto é importante olharmos com ressalva à imposição ideológica dominante do territorialismo como causa nacional, a ser entendida e defendida por toda população. Neste ponto, se soma de igual maneira a sublimação do território frente à escassez de referências simbólicas e heroicas. O espaço pensado, produzido e alterado se incorpora deste modo ao projeto político da nação forte, rica naturalmente e herdeira do mito secular do paraíso terreal como seu destino geopolítico.

Este argumento da ufanía edênica juntamente com a ideologia espacial do territorialismo foi amplamente explorado desde o período de afirmação da Geografia no Brasil na década de 1930 e chegando até o discurso integracionista dos militares em sua destinação providencial (ou determinista) do futuro e grandeza do país:

Há assim uma sequência de organização e produção e de reorganização e reprodução do espaço, à proporção que a sociedade deseja atingir determinadas metas, determinados fins, procurando utilizar o território de que dispõe com o

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

fim de atingir essas metas. Ocorre, porém, que antes que as metas sejam atingidas, geralmente elas são reformuladas, o espaço desejado hoje, não o é amanhã, provocando uma reformulação dos fins a serem atingidos e dos métodos que visam a alcançar estes fins. O processo de produção do espaço é, conseqüentemente, dinâmico, está permanentemente em ação e permanentemente em reformulação. Em sendo dinâmico é também dialético, de vez que a evolução da sociedade e a ação do Estado que a representa não se procedem de forma linear, mas sofrem contestações, contradições que reformulam os princípios e ações. (ANDRADE, 1984, p. 17).

O papel da ciência geográfica dentro do âmbito da produção do espaço brasileiro, e aqui se alinham tanto a parte teórica como o angariamento das potencialidades do território, foi de fundamental importância desde o seu reconhecimento e oficialização no início do século XX.

Conforme vimos anteriormente, trazendo a visão da natureza e a exploração dos seus recursos juntamente com o fundamental papel de agenciadora dos limites e aspectos físicos e naturais do país, os primeiros geógrafos brasileiros contribuíram enormemente para o engendramento desta ciência no Brasil, produzindo assim uma visão de mundo, ou nos dizeres de Gomes (2007), uma cosmovisão. Nas palavras do autor: “A Geografia tem um compromisso fundamental que é o de produzir uma cosmovisão. Ela é assim o campo de conhecimento onde se procura uma ordem para o diverso, para o espetáculo da dispersão espacial original.” (GOMES, 2006, p. 34).

A produção deste espaço por meio de uma visão de mundo subjaz a inquirição feita por Marcelo Escolar (1993) sobre o importante papel da Geografia enquanto detentora de um dos mais incisivos poderes de angariação ideológica, poder este normalmente direcionado para a conformação do projeto ou dos projetos (no caso brasileiro foram muitos nas diferentes fases do poder estatal estabelecido) nacionais, sendo colocado em primeira importância dentro de tal contexto:

O pré-requisito necessário para a conformação material de qualquer Estado-Nação moderno corresponde à apropriação exclusiva de um território onde montar, *a posteriori*, o processo de integração social ligado à hegemonia do capital e da burguesia como classe dominante. Esse “marco referencial” geográfico, cuja delimitação obedece a um sem-número de causas alternativas, é, no entanto, uma parte imprescindível da formação nacional. (ESCOLAR, 1993, p. 103).

Esta cosmovisão telúrica, territorialista ou no seu limite ideologicamente espacialista, desenvolveu-se com grande sucesso ao longo da história do Brasil. E este triunfo antes de ser material se fez imaterialmente, no âmbito das representações e interpretações dos significados dados à terra habitada, e aí se enquadra a ufanía edênica como receptora, reificadora e difusora do fundo espacial como respaldo identitário para a

nação.

AS RESSONÂNCIAS GEOGRÁFICAS DO PARAÍSO AMAZÔNICO

Desta maneira, tendo como base esta força do discurso geográfico e do papel da Geografia na produção do espaço, é que podemos buscar o principal eco contemporâneo de tal retórica ufanista, que é justamente a Amazônia, região esta explorada no início do século XX, que passa despercebida nos governos populistas e ganharia grande visibilidade cultural, simbólica e econômica a partir dos anos de governo militar – conforme demonstrado no mapa do general Meira Mattos sobre as zonas pioneiras do Brasil diferentemente das indicações de Leo Waibel. Vejamos assim alguns dos aspectos desta presença mítica, ideológica e econômica da Amazônia no âmago de sua representatividade dentro da ideologia espacial secular do paraíso terreno nas Américas.

A exposição do maravilhar-se com os aspectos naturais do Brasil tomou novo fôlego no decorrer do século XX, principalmente devido à redescoberta e exploração da floresta amazônica, sendo que, como vimos, nos geógrafos clássicos tal referência de sublimação era recorrente.

A literatura também expôs este novo fôlego ao mito edênico, ora com caráter de questionamento para tal grandiloquência retórica, como é o caso do *Paraíso Perdido: Ensaio Escolhidos*, de Euclides de Cunha (1976) e *Amazônia: Paraíso e Inferno*, de Renato Silva (1970), ou então na reafirmação de tal discurso místico como em *O Paraíso é Aqui*, de Murilo Azevedo (1997), entre outros.

Azevedo (1997), em sua obra, se assemelha muito, discursivamente, a Afonso Celso – em seu ensaio *Porque me ufano do meu País*, de 1881 – sublimando e enaltecendo todo vigor edênico natural e antrópico das terras brasileiras, numa alusão cronista banhada nos mais fulguerosos detalhes edênicos dos quadros de Jan Brueghel e Paul Rubens, e nestes termos o autor procura respaldar e justificar a alcunha de paraíso ao Brasil nos dias atuais, como se vê no trecho abaixo:

O PARAÍSO É ISSO. Uma nova visão de nós e do Mundo
Quando os nossos olhos verdadeiramente se abrirem,
E ouvirmos pela primeira vez o som natural das coisas.
Pois no Paraíso todas as coisas falam entre si
E cantam a canção da sua essência
Pois tudo vibra. Tudo é música. Tudo é energia.
Tudo emite Luz como uma estrela, e som também.
Pois o mundo é uma imensa Sinfonia Acabada
Onde cada um de nós é um instrumento importante
Quando realmente desportos estivermos.

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Sem ter mais ilusões. Nem ódio no nosso coração.
Apenas o Amor que une a tudo.
Amor-Luz, Amor-Paz. Nascido de uma grande Unidade [...] O Amor é então uma constante brisa em que mergulhados Estamos em pleno deserto do que nos parecia ser a Vida. E quando temos essa Visão de como deverá ser o Mundo, Deste mundo de amanhã que agora ao poeta foi revelado, Um mundo que pode ser visto e sentido Pelos que no AGORA despertaram.
(AZEVEDO, 1997, p. 234).

No caso de Silva (1970), o autor, dentro do pensamento geopolítico providencial da ditadura militar – contexto no qual sua obra está inserida e segue à risca –, há praticamente um manual de como sobreviver no ambiente hostil amazônico e faz seguidas referências a tais extensões aumentativas aos aspectos da região.

Este olhar crítico também podia ser observado no caso de Euclides da Cunha, que em sua busca pela real descrição e análise da região amazônica não poupa ressalvas aos textos, relatos e estudos dos viajantes, aventureiros e também cientistas já consagrados que por lá passaram principalmente nos séculos XVIII e XIX:

Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. Compreende-se bem isto. [...] *Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas.* Daí esta singularidade: é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt a Emilio Goeldi – do alvorecer do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias. *A literatura científica amazônica, amplíssima, reflete bem a fisionomia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la, ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso.* (CUNHA, 1976, p. 117 – grifo meu).

Dentro desta visão crítica do edenismo, que encontra força de impacto na Amazônia, surgem os primeiros sinais do que viria a ser um dos principais posicionamentos a tal cenário até os dias atuais, ou seja, a preocupação ambiental com a visão mítica do paraíso, mas que no seu interior guardava a potência de ação estatal e empresarial de exploração dos recursos de tal território a todo custo, sem medir ou se precaver os possíveis impactos de tais ações e ambições.

Apesar de nesta época ainda ser incipiente, esta visão em relação ao edenismo ganhava corpo – principalmente pelo aspecto mimético na materialidade da floresta amazônica como símbolo do mito fundacional edênico –, conforme podemos observar nesta asseveração de Renato Silva (1970), nos idos dos anos mais duros da Ditadura Militar

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico
*Gilvan Charles Cerqueira de Araújo***

brasileira:

Todo lugar da Terra possui fauna característica: canguru na Austrália; girafa na África; colibri nas Américas, sujeitas a extinção total quando a matança é desenfreada! E é o que está acontecendo com alguns animais da Amazônia, notadamente com o jacaré e a onça. Inconscientemente, as feras com seus impulsos e instintos matam por autoconservação, mas o homem do século vinte não tem essa desculpa! Pode-se destruir cidades, e reconstruir-se, mas uma espécie animal, cujo último casal morre sem descendência, não pode ser ressuscitada nem com esforço da Humanidade inteira! (SILVA, 1970, p. 264).

Logicamente que tal postura estava associada discursiva e metodologicamente aos interesses maiores, ou, sendo mais específico, ao Estado Maior brasileiro. Isto se deve às áreas pioneiras anteriormente comentadas, nos casos de Waibel (1979) e Mattos (1970), pois era necessário haver uma regulação dos imensuráveis recursos presentes nesta região ainda a ser explorada dentro da totalidade do território nacional brasileiro. Sobre esta Geografia do Estado Maior – que desde o início do século XX já fortalecia a Geografia oficial por meio do IBGE e da AGB –, o geógrafo Ariovaldo de Oliveira faz a seguinte consideração digna de nota:

Dessa forma, sobretudo nos vinte anos de governos militares, a economia brasileira foi alimentada por e para essa ideologia, com destaque para a geopolítica da integração nacional, em que o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – previa diversas estratégias. O Centro-Sul deveria solidificar os processos de industrialização e agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste”, via industrialização, e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região amazônica. Os militares entendiam que o desenvolvimento regional só seria possível pela reestruturação dos órgãos de planejamento regional, o que aconteceu com a SUDENE e com a Sudam, sucessora da SPVEA. As justificativas partiram de uma concepção da Amazônia como um “vazio” a ser “rapidamente” ocupado. (OLIVEIRA, 2005, p. 69).

Observamos que apesar de haver uma visão geral da gestão territorial brasileira, tendo como base as principais áreas de projeção de tais interesses, como o Centro-Oeste e a Amazônia, é esta segunda que terá até os dias atuais o fardo de carregar em sua existência a carga mítica do paraíso terreal, visto e explorado agora com o olhar de intervenção direta e incisiva a todos e qualquer recurso natural, energético ou mineral passível de aproveitamento em seus domínios. Ainda sobre este período, Bertha Becker (1995) irá compartilhar o mesmo posicionamento de Oliveira (2005) quando diz que:

Entre 1960-80, a região foi alvo de um projeto nacional geopolítico de desenvolvimento aliado ao capital internacional. A ausência de organizações sociais capazes de resistir à nova apropriação e as condições geográficas, resultaram num ritmo acelerado de sua ocupação em larga escala, configurando-

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

a como grande fronteira de recursos nacional e mundial. Foi o espaço-tempo em que o Estado pode promover mais rapidamente a modernização sem afetar a estrutura social nacional hierárquica. (BECKER, 1995, p. 46 – grifo nosso).

A produção do espaço pode ser entendida desta maneira – tendo como base o exemplo amazônico – tanto do ponto de vista simbólico como material. Isto significa que a força da Geografia se faz no poder que esta ciência possui na angariação de informações sobre o espaço geográfico, sejam estas físicas ou humanas. E a depender da proximidade com a geração deste conhecimento, se o mesmo estiver alinhado com o poder e interesse estatal ou empresarial podendo surgir assim intervenções no território de uma maneira muito mais incisiva.

A região amazônica brasileira senão a maior foi certamente uma das mais importantes áreas do país a receber tal interesse nas últimas décadas, e para este objetivo de dominação e exploração são utilizados todos os recursos possíveis, indo desde a reificação do mito edênico como o incentivo a ocupação destas áreas, ou como diria o governo militar, o *deserto verde* (MATTOS, 1975). A seguir vemos dois mapas que demonstram dois momentos distintos, um atual, de Ariovaldo de Oliveira analisando a força da presença estatal e empresarial na exploração amazônica no início do século XXI, por meio das rodovias BR 230 e BR 163, e no outro caso há uma carta ainda do período militar, que contrasta com as observações de Oliveira (2005), mas que é um claro sinal do que viria a ser a atenção dada a tal porção do território brasileiro nas décadas posteriores:

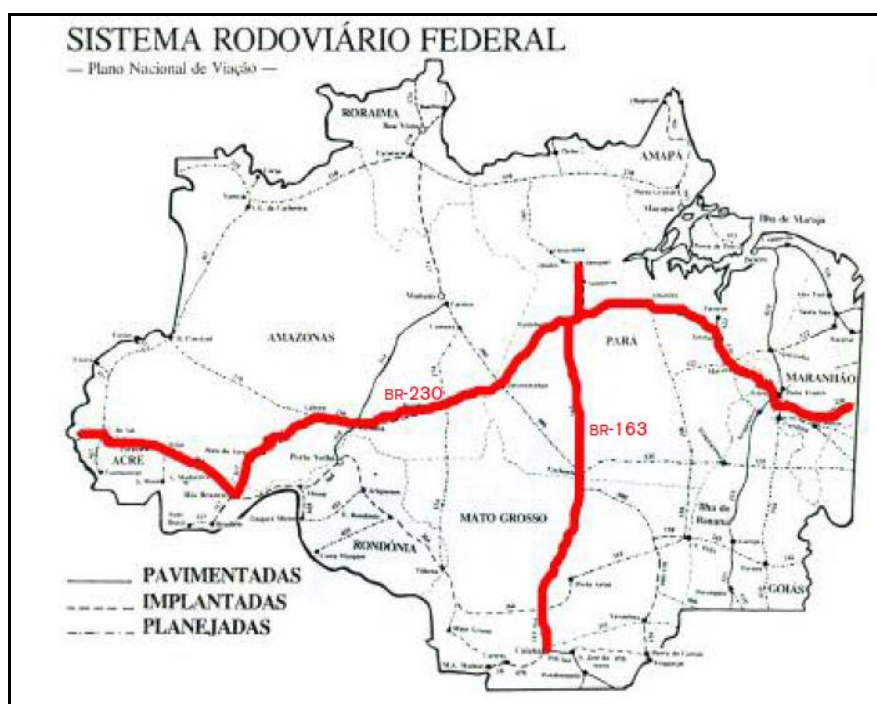


Figura 5 – Plano Nacional de viação
Fonte: Oliveira (2005, p. 78).

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

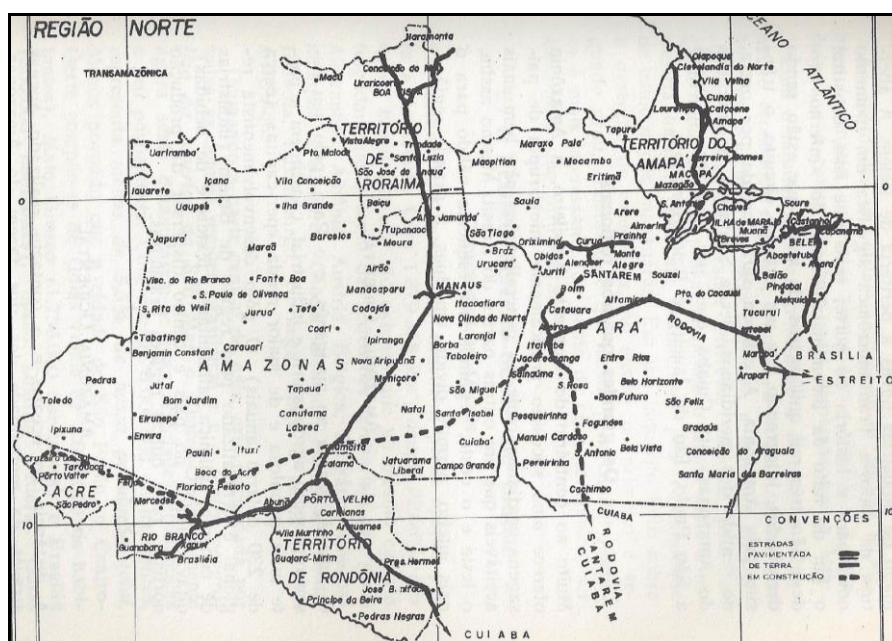


Figura 6 – Território Amazônico

Fonte: Antunes (1975, p.161).

Os dois mapas possuem objetivos de representação diversa. No primeiro há a preocupação das vias de circulação e seu papel no projeto nacional de adentrar do território amazônico brasileiro; o segundo, num momento ainda precedente ao primeiro, nos mostra como tal região já havia sido cartografada, estudada, delineada e especificada para os fins econômicos aos quais viria a se destinar décadas após a construção de tal mapa.

Estes mapas têm, portanto, em seu âmago, o pulso imagético da representação simbólica de uma ideologia espacial há muito presente em relação ao Brasil, a do edenismo territorial, mas, nesta situação específica, na conformidade da ação de exploração de tal mito pelo viés principalmente econômico.

E tal exploração era respaldada militar e politicamente, através da presença do mito fundacional do paraíso visto pela representatividade material e imaterial – já que reifica o imaginário canônico do âmbito nacional de tal mito – de tal retórica simbólica na Amazônia. Em diálogo com Bertha Becker (1995) sobre estas imagens, Gil Filho (2003) nos trará importante contribuição sobre tais representações espaciais simbólicas:

Muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para organização da realidade [...]. O espaço de representação refere-se a uma instância da experiência originária na contextualização do sujeito. Sendo assim, trata-se de um espaço simbólico que perpassa o espaço visível e nos projeta no mundo. Desta maneira, articula-se ao espaço da prática social e de sua materialidade imediata. (GIL FILHO, 2003, p. 3).

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

A base material do espaço geográfico – que ao fazermos uso da acepção de Raffestin (1993) aliado ao poder de intervenção e interesse de qualquer espécie, conformando assim sua natureza territorial – subjaz então o simbolismo das representações em suas diversas facetas, sejam elas imagéticas, cartográficas, literárias, líricas ou míticas. Segundo Becker (1995), há um projeto político nacional e internacional da Amazônia, devido ao seu caráter exótico, sua mística territorial e o ainda infindável e imensurável estrato de recursos naturais passíveis de exploração econômica.

Este é senão o preço pago pelo território amazônico por ser o herdeiro do ranço mítico do paraíso terreal, tendo assim uma exposição, especulação e até mesmo espetacularização de seus aspectos físicos e naturais como jamais houve em relação ao território brasileiro, principalmente nas outras representações edênicas havidas anteriormente à fase amazônica de tal retórica – como foram o caso das fases agrícolas nos séculos XVI e XVII, aurífera no início do século XVIII e técnica cafeeira no século XIX e início do século XX –, eclodindo, assim, do mito, o projeto de arrebatamento deste simbolismo, sob a égide do mais alto poder de infiltração, exploração e aproveitamento material de tais riquezas naturais:

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. (MORAES, 1991, p. 22).

Em relação à exposição internacional, Becker (1995) irá acompanhar não só Moraes (1991), mas também Escolar (1993) e Moreira E. (2012), quando estes afirmam o papel direto e indireto, intencional ou não (pois não se deve generalizar a proximidade, por exemplo, de órgãos como IBGE e AGB, necessariamente a uma inclinação ideológica estatal específica) do conhecimento geográfico na permanência destas representações imagéticas – materiais e imateriais – do paraíso terreal agora projetado na Amazônia, e mais que isto, lembrando o que Silva (1970) já comentara anos antes, assevera sobre os impactos de tal postura de exploração principalmente econômica nesta região do Brasil e da América do Sul como um todo:

Hoje, a Amazônia voltou à cena internacional, na questão ambiental, colocada em termos de seu futuro com implicações para a vida no planeta: destruição ou desenvolvimento sustentado? Na verdade, a questão ambiental é complexa e excede essa visão polarizada e técnica. O debate ambiental expressa conflitos de interesses que devem ser desvendados para escapar de imagens generalizadas sobre a região. Sob o mito e as representações simplistas, jaz a percepção da

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufanía territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Amazônia como área exótica. No entanto ela é parte do Brasil, e os conflitos que aí ocorrem, embora mais agudos e transparentes, são comuns a toda a nação, e decorrem das contradições intrínsecas ao modo de inserção do país na economia-mundo e à dinâmica interna da sociedade brasileira. (BECKER, 1995, p. 46).

Estas imagens da região amazônica que a autora se refere é justamente a permanência ideológica do paraíso terreal, estabelecido por uma retórica ufanista secular, que encontra na região amazônica uma zona de conforto atual para sua permanência enquanto discurso de sublimação da natureza:

Um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta, a Amazônia representa imensa disponibilidade de recursos que se tornam escassos: terras, águas, minérios e florestas. Essa imensa e conflitiva região revela a estrutura transicional do Estado brasileiro e da ordem mundial. Ela é o palco de novas territorialidades regionais que se articulam diretamente ao espaço transnacional, alvo de movimentos sociais globais, e instrumento de pressões externas para adesão do Brasil do “Norte”. Por sua vez, essas pressões refletem as contradições entre as próprias potências na redefinição de suas zonas de influência. (BECKER, 1995, p. 57-58).

Deste modo há uma profundidade geopolítica na discussão a respeito do potencial econômico da região amazônica. Envoltos na mística do paraíso terreal, tal certame toma ares de uma verdadeira competição estratégica de posturas, ações e discursos empresariais e estatais, todos com o objetivo de aproveitar este potencial da Amazônia, alçado a condição de monumento patrimonial, mas que ao mesmo tempo localiza-se no limiar da dialética da produção e destruição de sua própria existência por posturas contemporâneas em relação a sua importância cultural, natural e política:

Vista a partir do cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil; contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. E 63,4% da Amazônia sul-americana estão sob soberania do Brasil. A Amazônia brasileira é, pois, patrimônio natural da sociedade nacional e um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta, significando disponibilidade de recursos que se tornam escassos. (BECKER, 1995, p. 58).

Não deixa de ser instigante o fato de, ao elaborar sua crítica a um modelo de interpretação do desenvolvimento sustentável, Becker (1995) novamente buscar no elemento natural, desta vez no âmbito de alcance dimensional da região amazônica, como plataforma de enaltecimento nacional para os brasileiros, ou seja, em ação e discurso a ufanía edênica é mantida pela autora, mesmo que esta parta de uma premissa crítica sobre os moldes de exploração desta área do território brasileiro. Ainda sobre esta herança

edênica da Amazônia, diz Penna (1974):

A América do Sul é mosto ou fermento da Criação. O contato com a natureza é aqui direto, violento, dominador. Mais do que em qualquer outro lugar do mundo a imaginação se fixou aqui nas formas da natureza. Nenhum continente, escreveu Keyserling, produz um número tão enorme de ervas medicinais, de venenos, de plantas nutritivas. Em parte alguma se mostra o mundo das plantas e do sangue frio tão rico e tão invasor – rico em todos os sentidos da palavra. A pele dos sapos brasileiros possui faculdades que poderia invejar o maior gênio técnico e medicinal. O Amazonas hospeda, ao que se diz, mil e cem espécies de peixes que só lá existem; e as florestas virgens que lhes cobrem a bacia são habitadas por espécies de pássaros e de insetos quase tão numerosas quanto as que vivem no resto do mundo. (PENNA, 1974, p. 101).

Novamente o que podemos observar é a sobreposição da realidade à ficção, da imagem material a imaginação simbolista. A projeção do paraíso terreno às terras brasileiras se reifica com o tempo, encontra novos assentos e se prolifera nos redutos espaciais que possam em seus aspectos físicos fomentar a base sustentadora de tal retórica secular do mito fundacional do Brasil. Sobre esta atemporalidade do mito diz ainda o autor que:

Quatrocentos anos passaram desde o início da colonização mas a Visão edênica persiste sobre o litoral brasileiro. O Rio de Janeiro desenvolveu-se sob uma auréola alucinante, desde o posto fortificado contra os franceses, fundado por Estácio de Sá, na cidade Maravilhosa que pretende reconstituir o paraíso tropical à imagem dos tempos modernos. *O Rio é como uma encantada praia das fabulosas ilhas dos Mares do Sul, recanto sibarítico segundo o modelo de Miami, das Bahamas e da Côte d'Azur.* O calor é tórrido e úmido. Mas as praias fornecem alívio e Copacabana adquiriu reputação internacional como centro de sensualidade agitada e *dolce vita*. Triunfa a filosofia epicurista, como se todos os cariocas fossem discípulos de Aristipo de Cirene que, na antiga Alexandria, pregava o perfeito gozo de cada *monochronos hedone*, de cada momento de prazer. (PENNA, 1974, p. 107- grifo meu).

O autor ressalta a perenidade do Rio de Janeiro em tal mitologia edênica do paraíso terreal brasileiro, mas, esta força simbólica seria transferida para a região amazônica já na segunda metade do século XX, conforme vimos na ascensão da atenção dada a tal território pelos governos desenvolvimentistas, militares e neodemocráticos. Ao paraíso, visto pela presença da Amazônia, cabia entregar aos seus habitantes toda a riqueza possível, presente em suas camadas terrenas do Éden.

De todo modo o que houve neste íterim nada mais foi que o processo de modulação mítica da ideologia espacial edênica de um lugar para outro, mantendo a essência do seu fundamento simbólico, mas, contemporaneamente revestido pelas particularidades de outro contexto.

O que podemos observar em relação ao Brasil, juntamente com o seu mito fundacional do paraíso terreno (CHAUÍ, 2005; MAIA, 2008), é que esta base material do

espaço se fortalece em níveis mais elevados que em outros casos de Estados nacionais, pois, na ausência do fundo identitário personificado em figuras antrópicas é ao território que se volta a retórica ideológica da afetação simbólica nacional para efeito de identificação do povo com o seu país.

A região amazônica obteve sobremaneira nos últimos anos a responsabilidade de manutenção – com a maior potência possível, se a compararmos com as outras regiões e seus aspectos naturais característicos, como a Caatinga, Pampas, Cerrado, etc. – deste substrato representacional do mito fundacional do edenismo em relação ao Estado nacional brasileiro, por vezes assumindo posturas de crítica ambiental ou de asseveração da exploração na região, mas, na maior parte dos casos, a sua potencialidade de residente mítico do Éden terreno ultrapassa até mesmo a sua proteção, ficando sob o encargo estratégico estatal e empresarial a exploração máxima do mito edênico pelas mais variadas vias de acesso a suas características naturais e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de argumentação exposto até aqui nos oferece algumas pistas da permanência destas imagens. E, quando a atenção se volta sobre a ideologia espacial do ideário canônico brasileiro, encontramos a presença, parafraseando Maia (2008), da chave territorialista na composição e defesa dos principais simbolismos pátrios do país. O exemplo trazido neste artigo em relação à Amazônia é um dentre outros que poderiam ser aprofundados, que juntos corroboram para o fomento desta discussão a respeito da ufanía edênica em relação não só ao Brasil, mas à América como um todo, numa visão histórica e geográfica mais ampla.

O papel da Geografia em tal processo por vezes se expressa mais indireta do que necessariamente pessoal, pois a sublimação telúrica (MOREIRA, 2012) é uma prerrogativa amplamente utilizada pelos meios de comunicação ao longo das décadas, fortalecido principalmente pelo desenvolvimento da circulação informacional contemporânea. Mas, desde o estabelecimento oficial da ciência geográfica nas primeiras décadas do século XX até os dias atuais, o papel do conhecimento geográfico no fomento ao mito edênico é inegável e passível de maior exploração em estudos, nos diferentes momentos históricos da história do Brasil e mais especificamente dentro do desenvolvimento da Geografia nacional brasileira.

Cabe ressaltar que o seu alcance ainda está para ser compreendido, nas diferentes

escalas de sua manifestação, sejam elas de uma comunidade no interior do país ou nos discursos políticos nacionais de campanhas eleitorais, havendo assim ainda um sinuoso, mas profícuo caminho analítico passível de análise para tal temática sobre a presença, importância e nuances do edenismo nos projetos de inserção, estabelecimento e até mesmo refutação deste no ecrã identitário da população brasileira.

Em detrimento da extensão da discussão até aqui desenvolvida, alguns pontos de abertura para a sua ampliação foram preteridos. Um exemplo de uma destas aberturas é a maneira pela qual a retórica edênica passou a ser vista e até certo ponto criticada principalmente nas últimas duas ou três décadas. E no âmbito do pensamento geográfico tal postura se verifica na adesão das questões ambientais, principalmente quando as reservas naturais do Brasil são colocadas na pauta dos grandes empreendimentos comerciais do capital internacional, como é o caso da região amazônica, conforme demonstrado nas colocações de Becker (1995).

Por fim, a permanência histórica de um mito é complexa e permeada por uma gama infundável de variáveis que vão do cenário político e ideológico à situação econômica do recorte social e espacial estabelecido para a análise. Sobre o edenismo territorial, como recurso retórico para o estabelecimento de uma ideologia canônica do Estado nacional brasileiro, temos, numa primeira instância, as volatilidades da essência simbólica do mito fundacional do país, ou seja, o de paraíso terreno, fardo este carregado deste o momento em que os primeiros europeus aqui chegaram trazendo consigo esta carga imaginária. Ao longo dos anos este fundo mítico se alterou e modificou-se adaptando seu significado à diferentes contextos, historicidades e espacialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana Editora, 1984.

_____. **Apropriação e uso do território Brasileiro**. Rio de Janeiro/São Paulo: Hucitec, 1995.

ANTUNES, C. **Problemas e Perspectivas**: elementos de Geografia Física, Social e Econômica do Brasil. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

AZEVEDO, M. N. **O paraíso é aqui**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 1997.

BECKER, B. K. A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, A; BECKER, B; VIDOVIČ, F. R; GEIGER, P. P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. (Org.). Rio de Janeiro/São Paulo: Hucitec, 1995. p. 47-64.

CASTRO, I. E. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 155-196.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11. ed., São Paulo: Brasiliense, 1969.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005. (Coleção História do Povo Brasileiro).

CUNHA, E. **Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

DANTAS, A; MEDEIROS, T. H. L. **Introdução à ciência geográfica: Geografia**. Natal-RN: EDUFRN, 2008.

DEFFONTAINES, P. **Geografia Humana do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DEMATTEIS, G. O Território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 7-11.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1993.

EVANGELISTA, H. A. Geografia tradicional no Brasil: uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida. **Revista Geo-Paisagem**, Ano 5, n. 10, p. 1-33, jul/dez. 2006.

GAUDIO, R. S. D. **Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço de Representação: uma categoria chave para a análise cultural em Geografia. In: **I - Encontro Sul-Brasileiro de Geografia**, AGB/Curitiba, 2003.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LACOSTE, Y. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. 13. ed. Trad. Maria C. França. São Paulo: Editora Papirus, 2007.

LEITE, A. D. **Caminhos do desenvolvimento: contribuição para um projeto brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Anhembi: 1957 [1955].

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MAIA, J. M. E. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MATOS, C. M. **O Brasil**: Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MONBEIG, P. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1958.

MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MOREIRA, E. **Ideias para uma concepção geográfica da vida**. Belém: SEMEC, 2012.

OLIVEIRA, A. U. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício. (Org.). **Amazônia Revelada** – os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p. 67-183.

PENHA, E. A. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PENNA, J. O. M. **Em berço esplêndido**: ensaios de psicologia coletiva brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1974.

PEREIRA, S. N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul./dez. 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RIBEIRO, J. **As nossas fronteiras**: breve synopse. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1930.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia**: geografia e ideologia. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, R. I. **Amazônia**: paraíso e inferno! Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Ministério do Exército, 1970.

SOARES, T. **História da Formação das Fronteiras no Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

SOUSA NETO, M. F. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? **Terra Livre**, São Paulo-AGB, n. 17, 2001, p. 119-137.

WAIBEL, L. H. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente (SUPREN), 1979.

**A Geografia brasileira e a retórica ideológica da ufania territorial:
do legado francês ao paraíso Amazônico**
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Recebido para publicação em 14/06/2015

Aceito para publicação em 24/09/2015